



CRAISA – COMPANHIA DE ABASTECIMENTO DE SANTO ANDRÉ

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2015

Cód. 01 – Advogado

1. Leia o enunciado e assinale a alternativa correta.

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- A) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- B) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a solução pacífica dos conflitos.
- C) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e a solução pacífica dos conflitos.
- D) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

2. Leia o enunciado abaixo acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e assinale a alternativa correta:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- A) é livre a manifestação do pensamento e o anonimato.
- B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- C) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- D) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, em qualquer horário do dia ou da noite, por determinação judicial.

3. Leia a afirmativa abaixo e responda o que se pede:

Os bens abaixo elencados, segundo o texto constitucional de 1988, pertencem a um dos entes federados da República Federativa do Brasil.

- I- Os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- II- Os potenciais de energia hidráulica.
- III- Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
- IV- As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
- V- Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) Os bens indicados nos itens I, II e III pertencem à União e os bens indicados nos itens IV e V pertencem aos Estados.
- B) Os bens indicados nos itens I, II, III, IV e V, pertencem aos Estados.
- C) Os bens indicados nos itens I, II, III, IV e V, pertencem à União.
- D) Os bens indicados nos itens I, II, III pertencem aos Estados e os bens indicados nos itens IV e V pertencem aos Municípios.

4. Leia e analise as assertivas abaixo e responda:

- I- Constituem – se no estado federal clássico duas esferas governamentais que atuam sobre a mesma população em um mesmo território: a da União e a de cada Estado – membro sendo certo que, no Brasil há a esfera governamental dos Municípios.
- II- Constitucionalmente o Estado Federal foi concebido como indissolúvel.
- III- Estado federal é dotado de personalidade jurídica de direito público internacional.
- IV- Estado federal não é autônomo.
- V- Estado federal resulta de um ajuste solúvel de coletividades autônomas e soberanas chamadas pela doutrina de Estados – membros.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) II, III e IV.
- B) I, II e III.
- C) III, IV e V.
- D) II, IV e V.

5. Leia o enunciado e assinale a alternativa incorreta.

Os Municípios:

- A) são regidos por lei orgânica, votada em um turno, aprovada por dois terços dos membros da câmara municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na constituição federal e na constituição do respectivo estado.
- B) possuem autonomia assegurada no texto constitucional, garantida contra os estados e, somente por meio da constituição de 1988 foi-lhes reconhecido o poder de auto - organização, ao lado do governo próprio e de competências exclusivas.
- C) são pessoas jurídicas de direito público que dispõem de governo próprio e usufruem de autonomia e não podem extrapolar os limites impostos pelas constituições: federal e do estado.
- D) são constitucionalmente autorizados a legislar sobre assuntos de interesse local.

6. Leia o enunciado abaixo e assinale a alternativa correta.

São funções típicas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, respectivamente:

- A) legislar e julgar o presidente da república nos crimes de responsabilidade; adotar medidas provisórias, com força de lei e, administrar ao conceder licenças e férias aos magistrados e serventuários.
- B) legislar, julgar e administrar.
- C) legislar sobre o regimento interno dos tribunais nos termos estabelecidos pela constituição federal; dispor sobre a organização e prover cargos, conceder férias, licenças a servidores do poder legislativo e, julgar defesas e recursos interpostos por cidadãos na esfera executiva, nos quadros da administração em qualquer de suas esferas.
- D) legislar e fiscalizar sobre a matéria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do executivo; a prática de atos de chefia do estado, chefia de governo e atos de administração e, o exercício da atividade jurisdicional aplicando o direito ao caso concreto e demonstrando a sua eficácia.

7. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I- O órgão legislativo da União é o Congresso Nacional com a competência de elaborar leis entre outras de grande importância. Todas as competências do Congresso Nacional podem ser classificadas em cinco grupos: atribuições legislativas; meramente deliberativas; de fiscalização e controle; de julgamento de crimes de responsabilidade e constituintes.
- II- O Senado Federal é o órgão que representa os entes federados (Estados, Distrito Federal e Municípios) elegendo, cada um, três Senadores com dois suplentes cada, observado o princípio majoritário para um mandato de oito anos, renovando-se a representação de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços nos termos da Constituição Federal.
- III- Procedimentos legislativos especiais são observados para a elaboração de emendas constitucionais, leis financeiras, leis delegadas, medidas provisórias e de leis complementares.
- IV- O poder legislativo em âmbito estadual, municipal, distrital e dos territórios (estes últimos quando criados) é bicameral.
- V- Os procedimentos legislativos ordinários são demorados e são destinados para a elaboração de leis ordinárias e se desenvolve em cinco fases: a- introdutória, b- a de exame do projeto nas comissões permanentes; c- a das discussões; d- a decisória e e- a revisória.

- A) Apenas a afirmativa I é incorreta.
- B) As afirmativas I, II, III, IV e V são incorretas.
- C) Apenas as afirmativas II e IV são incorretas.
- D) Apenas as afirmativas II e V são incorretas.

8. Assinale a alternativa incorreta.
- A) O Tribunal de Contas é um órgão técnico, não jurisdicional. O julgamento das contas dos representantes dos Poderes Executivos é realizado pelo Poder Legislativo. O Tribunal de Contas apenas aprecia as contas emitindo um parecer prévio e conclusivo.
 - B) A Constituição Federal de 1988 proibiu a criação de novos tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais mantendo os preexistentes à sua elaboração como em São Paulo e no Rio de Janeiro que auxiliam as Câmaras Municipais no controle externo que realizam das contas públicas.
 - C) O parecer técnico prévio emitido pelo órgão (Tribunal de Contas) acerca das contas prestadas anualmente pelo Prefeito poderá ser rejeitado pela Câmara Municipal pelo voto de 3/5 de seus membros.
 - D) Os ministros do Tribunal de Contas da União possuem as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
9. A Constituição Federal brasileira de 1988, no que diz respeito à estabilidade ou alterabilidade pode ser classificada como:
- A) semiflexível.
 - B) rígida.
 - C) plástica.
 - D) imutável.
10. Assinale a alternativa incorreta.
- A) A Constituição Federal de 1988 passou a tratar a ordem social como título próprio desvinculando-a da ordem econômica que observa matérias afetas ao sistema financeiro nacional.
 - B) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
 - C) A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.
 - D) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dispensada a licitação, a prestação de serviços públicos.
11. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa que não pertence à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), lei das leis aplicável a todos os ramos do direito.
- A) Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.
 - B) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
 - C) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
 - D) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
12. Assinale a alternativa incorreta.
- Nos termos do Código Civil, não corre a prescrição:
- A) pendendo ação de evicção.
 - B) contra os ausentes do país em serviço público da união, dos estados ou dos municípios.
 - C) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
 - D) pendendo condição resolutiva.
13. Segundo o Código Civil vigente é correto afirmar, sobre a personalidade e a capacidade das pessoas naturais o que segue:
- A) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção.
 - B) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade e os pródigos.
 - C) A menoridade cessa aos dezesseis anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
 - D) Cessará, para os menores, a incapacidade: pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com quatorze anos completos tenha economia própria.

14. Assinale a alternativa incorreta afeta aos direitos de personalidade, segundo o Código Civil vigente.
- A) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - B) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte e o ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
 - C) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
 - D) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
15. Sobre as modalidades das obrigações é incorreto afirmar que:
- A) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
 - B) havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.
 - C) extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
 - D) a coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
16. São pessoas jurídicas de direito público interno:
- A) as associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
 - B) a União; os Estados; o Distrito Federal; os Municípios; as autarquias; as fundações e os partidos políticos.
 - C) a União; os Estados; o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
 - D) a União; os Estados; o Distrito Federal; os Municípios; as fundações; os partidos políticos; as autarquias, inclusive as associações públicas.
17. No tocante às espécies de contratos no Direito Civil, é incorreto afirmar que:
- A) pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
 - B) é permitido o compromisso para solução de questões de estado, de direito pessoal de família e de outras que não possuam caráter patrimonial.
 - C) na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição.
 - D) o comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis e perfaz-se com a tradição do objeto.
18. Observe as afirmativas abaixo que versam sobre o objeto, adimplemento e extinção das obrigações e assinale a alternativa correta.
- I- É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
 - II- Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser dos meios conducentes à exoneração do devedor.
 - III- O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
 - IV- Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.
 - V- Se o pagamento consistir na tradição de um imóvel, ou em prestações relativas à imóvel, far-se-á no lugar onde situado o bem.
- A) A afirmativa I e III são incorretas e as afirmativas II, IV e V são corretas.
 - B) A afirmativa I é incorreta e as afirmativas II, III, IV e V são corretas.
 - C) As afirmativas I, II, III estão incorretas e as afirmativas IV e V são corretas.
 - D) As afirmativas I, II, III estão corretas e as afirmativas IV e V são incorretas.
19. Observe as assertivas abaixo envolvendo o direito das sucessões e assinale a resposta correta.
- I- Podem ser nomeadas herdeiras e legatárias as testemunhas do testamento.
 - II- Pode haver a aceitação ou renúncia da herança em parte, sob condição ou a termo.
 - III- Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
 - IV- Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.
 - V- No prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sucessão, instaurar-se-á inventário do patrimônio hereditário, perante o juízo competente no lugar da sucessão, para fins de liquidação e, quando for o caso, de partilha da herança.
- A) Todas as afirmativas são corretas.
 - B) Apenas as afirmativas II e V são corretas.
 - C) Apenas as afirmativas III e IV são corretas.
 - D) Todas as afirmativas são incorretas.

20. Analise as afirmativas referentes à posse e à propriedade e assinale a alternativa correta.

- A) Perde-se a propriedade somente em função da alienação e pela renúncia.
- B) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- C) O possuidor de má fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.
- D) A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

21. Leia as afirmativas abaixo sobre competência e assinale a alternativa correta.

- I- A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.
- II- É competente o foro da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento.
- III- A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens imóveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.
- IV- O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- V- Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Deve o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

- A) Apenas as afirmativas III e V são incorretas.
- B) Todas as afirmativas são incorretas.
- C) Apenas as afirmativas II e V são incorretas.
- D) Apenas as afirmativas II e IV são incorretas.

22. São procedimentos especiais de jurisdição contenciosa:

- A) as ações de depósito, de prestação de contas; e de alienação judicial.
- B) as ações de consignação em pagamento, monitória e de restauração de autos.
- C) as ações de alienação judicial, de curatela dos interditos e de usucapião de terras particulares.
- D) as ações de depósito, de curatela dos interditos, e de alienação judicial.

23. Analise o que se pede sobre as provas, em direito processual civil.

- I- O juiz deve de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.
- II- A confissão espontânea não pode ser feita por mandatário com poderes especiais.
- III- O juiz está adstrito ao laudo pericial, não podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.
- IV- O documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- V- A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.

É correto o que se afirma apenas no(s) item(ns):

- A) IV.
- B) II e V.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e V.

24. Analise as assertivas sobre o tema recurso e responda.

- I- Dos despachos cabe recurso.
- II- A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias.
- III- O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- IV- O recurso pode ser interposto pela parte vencedora, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.
- V- O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.

É correto o que se afirma apenas nos itens:

- A) I, III e IV.
- B) I, II, IV e V.
- C) I, II, III e V.
- D) II, III e V.

25. Analise as assertivas em relação a apelação que seguem abaixo.

- I- A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
- II- As questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- III- Ficam também submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda não decididas.
- IV- A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito suspensivo, quando interposta de sentença que: homologar a divisão ou a demarcação e condenar à prestação de alimentos.
- V- Recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz poderá inovar no processo; recebida só no efeito devolutivo, o apelado poderá promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta.

É correto o que se afirma apenas no(s) Item(ns):

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) III.
- D) I, II, III, IV e V.

26. Assinale a alternativa incorreta relativa à revelia e seus efeitos.

- A) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
- B) O revel não poderá comparecer e intervir no processo ou em qualquer fase dele por uma questão de segurança jurídica decorrente do instituto da preclusão.
- C) Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.
- D) Se o réu não contestar a ação, o juiz, verificando que não ocorreu o efeito da revelia, mandará que o autor especifique as provas que pretenda produzir na audiência.

27. Assinale a alternativa incorreta.

A petição inicial será indeferida quando:

- A) for inepta ensejando a extinção do processo sem julgamento do mérito.
- B) a parte for manifestamente ilegítima ensejando a extinção do processo sem julgamento do mérito.
- C) o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição ensejando a extinção do processo sem julgamento do mérito.
- D) o autor carecer de interesse processual ensejando a extinção do processo sem julgamento do mérito.

28. Assinale a alternativa incorreta.

Nos termos da lei processual civil, a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- A) proferida por juiz suspeito ou absolutamente incompetente.
- B) se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- C) ofender a coisa julgada.
- D) violar literal disposição de lei.

29. Em relação às ações que figuram como remédios previstos na Constituição Federal de 1988, aptos para resguardar os direitos dos cidadãos diante da ilegalidade ou abuso de poder cometido pelo Poder Público, preencha a sequência de forma correta.

- I- Ação popular
- II- Mandado de segurança individual
- III- Habeas data
- IV- Mandado de injunção
- V- Ação civil pública

- () Ação prevista para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- () Ação de caráter público que objetiva a proteção e apuração de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico entre outras providências.
- () Ação prevista para que qualquer cidadão, como parte legítima possa pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
- () Ação prevista como um instrumento de garantia jurídico-constitucional, para que o cidadão possa reclamar a efetividade de direitos constitucionais desafiados de medidas normativas estatais, em que pese a Constituinte não ter definido a forma pela qual o Judiciário deve atuar para viabilizar o exercício desta garantia constitucional.
- () Ação prevista para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público; para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo; para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

Assinale a sequência correta:

- A) I, II, III, IV, V.
- B) III, IV, II, I, V.
- C) V, IV, III, II, I.
- D) II, V, I, IV, III.

30. Assinale a alternativa incorreta.

São títulos executivos extrajudiciais:

- A) a sentença arbitral e o acordo extrajudicial de qualquer natureza, homologado judicialmente.
- B) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- C) a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
- D) o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.

31. Leia as assertivas abaixo sobre licitações e responda.

- I- A Lei 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II- As licitações serão processadas e julgadas em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- III- É permitida a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
- IV- Subordinam-se ao regime da Lei 8.666/93, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

É correto apenas as afirmações::

- A) I, II e IV.
- B) II, III, e IV.
- C) I, II, III.
- D) I, III e IV.

32. Nos termos da lei 8.987/95 extingue-se a concessão por:

- I- Advento do termo contratual.
- II- Encampação.
- III- Caducidade.
- IV- Rescisão.

É correto o que se afirma nos itens:

- A) I, II e III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II, III, IV.
- D) II, III e IV, apenas.

33. Leia as assertivas abaixo sobre o poder de polícia e responda:

- I- Em sentido estrito, poder de polícia significa toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais.
- II- Em sentido amplo, o poder de polícia é a atividade administrativa, consistente no poder de restringir e condicionar o exercício dos direitos individuais em nome do interesse coletivo.
- III- O poder de polícia se manifesta apenas por meio de medidas repressivas.
- IV- O exercício do poder de polícia prescinde de lei.

É incorreto o que se afirma nos itens:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, III, e IV.
- C) II e III, apenas.
- D) I e IV, apenas.

34. O artigo 37, da Constituição Federal de 1988 especifica as pessoas jurídicas que deverão obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que deverão ser observados por alguns entes. São eles:

- A) a administração pública indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) a administração pública direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) a administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal.
- D) a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

35. São elementos essenciais à formação do ato administrativo e reconhecidos como requisitos de validade a:

- A) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- B) finalidade, forma, motivo e objeto.
- C) competência, forma, motivo e objeto.
- D) competência, finalidade, motivo e objeto.

36. A utilização de bens públicos por particulares não se opera por:

- A) Autorização de uso e permissão de uso.
- B) Concessão de uso.
- C) Desapropriação.
- D) Concessão de direito real de uso.

37. Assinale a alternativa incorreta sobre o processo administrativo:

- A) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- B) É suspeito para atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- C) São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- D) A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

38. Com podem ser classificados os seguintes atos administrativos::

- I- quanto ao destinatário:
- II- quanto ao alcance:
- III- quanto ao conteúdo:
- IV- quanto ao regramento:
- V- quanto à formação

- () ato simples, ato complexo e ato composto.
- () ato individual e ato geral.
- () atos internos e atos externos.
- () atos vinculados e atos discricionários.
- () atos de império, atos de gestão e atos de expediente.

Assinale a classificação correta:

- A) III, II, I, V, IV.
- B) II, I, III, V e IV.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) V, I, II, IV e III.

39. Assinale a alternativa incorreta sobre o tema agentes públicos.

- A) Agentes delegados são pessoas físicas que desempenham atividades estatais remuneradas pelos cofres públicos.
- B) São espécies de agente público: os agentes políticos; os servidores públicos; os empregados públicos; os servidores temporários; os agentes delegados; os agentes honoríficos e os militares
- C) Militares são as pessoas físicas que exercem funções nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e nas Forças Armadas.
- D) Agentes honoríficos são particulares que atuam colaborando com o Poder Público exercem função pública sem contraprestação específica.

40. Assinale a alternativa incorreta:

- A) As limitações administrativas afetam imóveis específicos e admitem indenização.
- B) A limitação administrativa não pode criar restrição que impeça o uso do bem imóvel.
- C) As limitações administrativas se inserem no âmbito do poder de polícia administrativa e alcançam somente o exercício da propriedade imobiliária.
- D) As limitações administrativas se manifestam por meio da imposição de obrigações negativas fixadas em lei para o uso da propriedade imobiliária.

41. Assinale a alternativa incorreta que versa sobre a duração do trabalho nos termos da CLT .

- A) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.
- B) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- C) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho.
- D) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

42. Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, não sendo considerada falta ao serviço, a ausência do empregado:

- I- durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social;
- II- por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, excetuada a hipótese de ter percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos
- III- durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido;
- IV- nos dias em que não tenha havido serviço, salvo na hipótese de deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa

É correto o que se afirma no(s) item(ns):

- A) I e IV apenas.
- B) I,II,III e IV.
- C) II e III apenas.
- D) I, II e III apenas.

43. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é:

- I- permitido exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.
- II- vedado publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;
- III- vedado recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;
- IV- permitido considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional
- V- permitido impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;

É correto o que se afirma apenas nos itens:

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) II e III.
- D) IV e V.

44. Assinale a alternativa correta:

- A) Constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio.
- B) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, não garante à empregada gestante a estabilidade provisória.
- C) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 140 (cento e quarenta) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
- D) É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos a transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho e a dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.

45. Assinale a alternativa incorreta sobre a proteção do trabalho do menor e do aprendiz.

- A) Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.
- B) O limite previsto de seis horas poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.
- C) Não excederá de seis horas diárias, sendo permitida a prorrogação eventual com a compensação de jornada, desde que não impeçam a frequência à escola.
- D) O contrato de aprendizagem extinguir-se – á quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese de aprendizes portadores de deficiência em que a idade máxima prevista não se aplica.

46. Leia as afirmativas abaixo e responda o que se pede sobre o contrato individual de trabalho.

- I- Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.
- II- Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- III- O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias.
- IV- O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.
- V- Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

É correto o que se afirma nos itens:

- A) I, II, III, IV e V.
- A) I e II apenas.
- B) II, III e V apenas.
- C) III, IV e V apenas.

47. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício.
- B) O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.
- C) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
- D) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.

48. Assinale a alternativa correta.

No processo do trabalho, os embargos à execução:

- A) possui matéria de defesa restrita às alegações de compensação e retenção de salários.
- B) desde que garantida a execução ou penhorados os bens terá o executado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentá-los, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- C) dispensam a garantia da execução ou penhora de bens para sua apresentação no prazo de 10 (dez) dias .
- D) comportam apenas a apresentação de prova documental.

49. Considerando o disposto no Código Tributário Nacional sobre o poder de tributar e limitações, assinale a alternativa incorreta.

À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I- é permitido estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- II- é vedado instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado, quanto à majoração, disposta na lei.
- III- é permitido cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- IV- é vedado cobrar imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.

É correto o que se afirma nos itens:

- A) I e II apenas.
- B) II, III apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) II e IV apenas.

50. Assinale a alternativa correta.

- A) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente e, na ordem indicada, os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a analogia e a equidade.
- B) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- C) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
- D) Interpreta-se extensivamente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.

51. Leia as afirmativas abaixo e responda.

Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I- os avós e os pais, pelos tributos devidos por seus filhos e netos menores.
- II- os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- III- os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
- IV- o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.

É correto o que se afirma:

- A) apenas nas afirmativas III e IV.
- B) apenas nas afirmativas II, III, e IV.
- C) apenas na afirmativa III.
- D) apenas nas afirmativas I, II e III.

52. Assinale a alternativa incorreta.

Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- A) o depósito do seu montante parcial.
- B) a moratória.
- C) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- D) o parcelamento.

53. Assinale a alternativa incorreta.

Extinguem o crédito tributário:

- A) o pagamento; a compensação; a transação e a remissão.
- B) a prescrição e a decadência.
- C) a conversão de depósito em renda.
- D) a dação em pagamento em bens imóveis, circunstância que prescinde de lei que se aperfeiçoe.

54. Assinale a alternativa incorreta.

A prescrição se interrompe:

- A) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- B) pelo protesto judicial.
- C) pela citação pessoal feita ao devedor.
- D) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

55. Analise as afirmações abaixo da anistia em direito tributário.

- I- A anistia não pode ser concedida em caráter geral.
- II- A anistia pode ser concedida limitadamente às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.
- III- A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- IV- A anistia pode ser concedida limitadamente sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Estão corretas as seguintes afirmações:

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) I e II apenas.

56. Leia e responda o que se pede em matéria tributária.

- I- Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- II- Cabe à lei estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- III- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- IV- As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- V- Cabe à lei ordinária estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

Está correto:

- A) apenas as afirmações I e II.
- B) apenas as afirmações I, II, III e IV.
- C) apenas as afirmações I e III.
- D) apenas as afirmações II, III e V.

57. Compete à União instituir impostos sobre:

- I- Importação de produtos estrangeiros e exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- II- Renda e proventos de qualquer natureza e propriedade predial e territorial urbana.
- III- Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- IV- Propriedade predial e territorial urbana e Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- V- Propriedade territorial rural e grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Está correto o que se afirma nos itens:

- A) I, II, III e IV apenas.
- B) I, II e III apenas.
- C) II, III e IV apenas.
- D) I e V apenas

58. Relacione o instituto à descrição.

- I- Anistia
- II- Remissão
- III- Imunidade
- IV- Isenção
- V- Não incidência

- () é a exclusão do crédito tributário relativo à penalidades pecuniárias.
- () é situação em que a regra jurídica de tributação não incide porque não se configura o seu suporte fático.
- () é forma de extinção do crédito tributário já constituído e abrange tributos e as penalidades .
- () é exceção feita por lei à regra jurídica de tributação.
- () é o obstáculo criado por uma norma constitucional que impede a incidência de lei ordinária de tributação sobre determinado fato ou em detrimento de determinada pessoa ou categoria de pessoas.

Assinale a sequência correta:

- A) II, V, III, IV e I.
- B) V, II, I, III, IV.
- C) III, I, IV, II, V.
- D) I, V, II, IV e III.

59. Assinale a alternativa incorreta sobre a ação penal.

- A) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- B) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- C) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- D) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

60. Assinale a alternativa incorreta.

Em processo penal a competência jurisdicional será determinada pelo (a):

- A) o local da prisão sendo indiferente o lugar da infração.
- B) o domicílio ou residência do réu.
- C) a natureza da infração.
- D) a distribuição.

61. Ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar:

- I- os seus ministros, nos crimes comuns.
- II- os ministros de Estado, salvo nos crimes conexos com os do Presidente da República.
- III- os prefeitos dos Municípios, os Governadores dos Estados e o Presidente da República, chefes do Executivo das unidades federadas, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- IV- o procurador-geral da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação, os ministros do Tribunal de Contas e os embaixadores e ministros diplomáticos, nos crimes comuns e de responsabilidade.

As assertivas corretas são:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.

62. Assinale a alternativa correta.

Em processo penal podem ser opostas as exceções que seguem:

- A) suspeição; incompetência de juízo; ilegitimidade de parte e de coisa julgada.
- B) suspeição; incompetência de juízo; falsidade, ilegitimidade de parte e de coisa julgada.
- C) suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade de parte e de coisa julgada.
- D) suspeição; incompetência de juízo; litispendência; insanidade mental do acusado e de coisa julgada.

63. No que diz respeito à prova testemunhal em processo penal:

- I- toda pessoa poderá ser testemunha.
- II- o depoimento da testemunha será prestado oralmente ou por escrito, não sendo vedada consulta a apontamentos.
- III- são proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.
- IV- será computada como testemunha a pessoa arrolada e que nada souber que interesse à decisão da causa.
- V- antes de iniciado o depoimento, as partes poderão contraditar a testemunha ou argüir circunstâncias ou defeitos, que a tornem suspeita de parcialidade, ou indigna de fé, o juiz fará consignar a contradita ou argüição e a resposta da testemunha, mas só excluirá a testemunha ou não lhe deferirá compromisso nos casos previstos na lei

Está correto:

- A) apenas as afirmativas I, II e III.
- B) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) apenas as afirmativas I, III e V.

64. Assinale abaixo o recurso cabível da decisão, despacho ou sentença que decretar:

- I- a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- II- que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.
- III- que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.
- IV- que denegar a apelação ou a julgar deserta.

- A) Recurso em sentido estrito.
- B) Apelação.
- C) Habeas corpus.
- D) Recurso extraordinário.

65. Na instrução do processo e, nos termos da lei processo penal:

- I- as provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.
- II- os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
- III- na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa e, esse número compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.
- IV- produzidas as provas, ao final da audiência, o ministério público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II, III, IV, apenas.
- D) I, II, III, IV.

66. Responda considerando a aplicação da lei penal.

- I- A lei excepcional ou temporária, porque decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante a sua vigência.
- II- Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- III- Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional e no estrangeiro.
- IV- Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Está incorreto o que se afirma em:

- A) I e III apenas.
- B) I e IV apenas.
- C) III e IV apenas.
- D) I, III e IV apenas..

67. Associe corretamente os blocos abaixo.

Nos termos da legislação penal vigente há:

- I- crime tentado.
- II- desistência voluntária e arrependimento eficaz.
- III- arrependimento posterior.
- IV- crime impossível.

- () quando o agente esgota todos os meios de que dispõe para consumar a infração penal e se arrepende impedindo que o resultado ocorra, responde somente pelos atos praticados.
- () quando o agente objetiva praticar determinado crime não alcança sua meta por ineficácia absoluta do meio empregado ou impropriedade absoluta do objeto.
- () quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- () quando os atos cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, por ato voluntário, o agente repara o dano ou restitui a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa.

Assinale a sequência correta:

- A) II, IV, I, III.
- B) III, I, IV, II.
- C) II, IV, III, I.
- D) I, III, II, IV.

68. Associe corretamente:

Na conduta do agente identificamos o (a):

- I- dolo direto
- II- dolo eventual
- III- culpa consciente
- IV- culpa inconsciente

- () quando no tocante a consciência o autor da pratica do ato lesivo não prevê o resultado (muito embora fosse previsível objetivamente e subjetivamente) e, na esfera volitiva não o quer, e não o aceita.
- () quando no tocante a consciência o autor da pratica do ato lesivo prevê o resultado e, na esfera volitiva não o almeja, não assume o risco de praticá-lo e, acredita poder evitá-lo (o resultado).
- () quando no tocante a consciência o autor da pratica do ato lesivo prevê o resultado e, na esfera volitiva não o almeja, mas assume o risco.
- () quando no tocante a consciência o autor da pratica do ato lesivo prevê o resultado e, na esfera volitiva o almeja.

Assinale a sequência correta:

- A) III, II, I, IV.
- B) II, I, IV, III.
- C) I, II, III, IV.
- D) IV, III, II, I.

69. Observe as assertivas abaixo e responda.

Segundo o parágrafo único, do artigo 194, da Constituição Federal de 1988, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I- universalidade da cobertura e do atendimento e uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- II- caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- III- diversidade da base de financiamento e seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- IV- equidade na forma de participação no custeio e irredutibilidade do valor dos benefícios.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

70. Assinale a alternativa correta.

Nos termos do artigo 18, da Lei 8.213/91, o Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços quanto:

- A) ao dependente: serviço social e reabilitação profissional e ao segurado e dependente: pensão por morte; auxílio-reclusão.
- B) ao dependente: pensão por morte e reabilitação profissional; quanto ao segurado e dependente: serviço social e auxílio-reclusão.
- C) ao segurado: aposentadoria por invalidez; aposentadoria por idade; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; salário-família; salário – paternidade e auxílio-acidente.
- D) ao segurado: aposentadoria por idade; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; salário-família; e auxílio-acidente.

71. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do art. 11, da Lei, (8.213/91) provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Assim, consideram-se acidente do trabalho:

- I- a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- II- a doença degenerativa; a inerente a grupo etário.
- III- a doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada na legislação indicada (Lei 8.213/91), no inciso I.
- IV- a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, mesmo sem a comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

É correto o que se afirma apenas nos itens:

- A) I e IV.
- B) III e II.
- C) II e IV.
- D) I e III.

72. Considerando o auxílio – doença responda o que se pede.

- I- O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido na Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- II- Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- III- O segurado que durante o gozo do auxílio-doença vier a exercer atividade que lhe garanta subsistência poderá ter o benefício cancelado a partir do retorno à atividade.
- IV- O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II, III e IV.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

73. Assinale a alternativa correta.

São fontes materiais do Direito Previdenciário:

- A) a doutrina e os costumes.
- B) a Constituição Federal de 1988, as emendas constitucionais, as leis complementares, as leis ordinárias, as medida provisórias, os decretos legislativos e as resoluções do Senado.
- C) os fatos sociais, políticos, econômicos que ensejam o surgimento da norma jurídica previdenciária.
- D) os fatos sociais e políticos, a doutrina, a Constituição Federal de 1988, as emendas constitucionais, as leis complementares, as leis ordinárias.

74. Assinale a alternativa correta.

A Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA) é pessoa jurídica de direito:

- A) público e integra a administração pública direta.
- B) privado e integra a administração pública indireta.
- C) público e integra a administração pública indireta.
- D) privado e integra a administração pública direta.

75. Assinale a alternativa correta.

A Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA) é:

- A) um ente delegatário da atividade pública na forma de concessionária.
- B) um ente auxiliar da administração pública indireta na forma de Sociedade de Economia Mista.
- C) ente auxiliar da administração pública direta na forma de Fundação Pública.
- D) um ente auxiliar da administração pública indireta na forma de Empresa Pública.

76. Responda o que se pede analisando a origem, o objeto e a finalidade da Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA).

- I- teve sua criação autorizada por lei específica.
- II- sua extinção poderá ser definida em lei específica.
- III- está vinculada aos fins definidos na lei instituidora.
- IV- não está sujeita ao controle público.
- V- observa o regime jurídico próprio das empresas privadas

É verdadeiro o que se afirma apenas nos itens:

- A) I, II, IV.
- B) III, IV e V.
- C) I, III e V.
- D) I e V.

77. A Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA) é formada por capital:

- A) exclusivamente público.
- B) exclusivamente privado.
- C) misto, sendo que a parte do capital público deve ser maior pois, a maioria das ações devem estar sob o controle do poder público.
- D) misto, sendo certo que a parte do capital privado deve ser maior pois, a maioria das ações devem estar sob o controle do poder privado.

78. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Santo André, assinale a alternativa incorreta que se refere aos bens municipais.

- A) Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.
- B) A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, independe de prévia avaliação e autorização legislativa.
- C) A Administração deverá tornar públicos todos os seus atos de alienação, permissão e concessão de uso dos bens municipais, definindo claramente seus critérios.
- D) O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, a título precário e por tempo determinado, conforme o caso e o interesse público exigir.

79. Assinale a alternativa correta.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Santo André, a Administração Municipal local compreende a: I. a administração direta e, II. a administração indireta, respectivamente compostas por:

- A) I - entidades dotadas de personalidade jurídica própria e secretarias e, II - organizações distritais ou regionais.
- B) I - secretarias municipais apenas e, II - entidades dotadas de personalidade jurídica pública.
- C) I - secretarias ou órgãos equiparados e organizações distritais ou regionais e, II - entidades dotadas de personalidade jurídica própria.
- D) I - secretarias municipais apenas e, II - organizações distritais ou regionais e entidades dotadas de personalidade jurídica mista apenas.

80. Assinale a alternativa incorreta.

A Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA) é uma entidade:

- A) criada por lei específica que autorizou o Executivo a constituir uma empresa pública, sob a forma de sociedade civil com fins econômicos, com sede neste Município e prazo de duração determinados. Continua atualmente subordinada a diretamente ao Gabinete do Prefeito.
- B) criada por lei específica que autorizou o Executivo a constituir uma empresa pública, sob a forma de sociedade civil sem fins econômicos, com sede neste Município e prazo de duração indeterminados.
- C) criada, originariamente, por lei específica como ente da administração indireta subordinada ao gabinete do prefeito. Hoje, por autorização legal, possui atribuições ligadas à Secretaria de Governo ou órgão atribuído por estruturação administrativa.
- D) criada, originariamente, pelo Poder Executivo por decreto, empresa pública, cujo principal objetivo é ordenar o abastecimento alimentar no âmbito local.